

- XXIX -**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E
ACCOUNTABILITY NAS REDES MUNICIPAIS DE
ENSINO DO CARIRI CEARENSE**

Arlane Markely dos Santos Freire – PPGEd/UFCG
arlanemarkely@yahoo.com.br

Andréia Ferreira da Silva - PPGEd-UFCG
silvaandrea@uol.com.br

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

No Brasil, um conjunto de iniciativas de avaliação em larga escala vem sendo desenvolvido, desde os anos 1990, visando criar parâmetros de qualidade da educação e referenciais para a formulação e o monitoramento das políticas educativas. Tais iniciativas se baseiam na seleção e na premiação dos melhores - escolas, alunos, professores - por meio da avaliação do desempenho individual que pode conferir honra, *status* e prestígio. Trazem para dentro da escola a lógica de mercado, que está diretamente ligada a uma cobrança cada vez maior por resultados estabelecidos externamente.

Considerando este contexto, temos desenvolvido, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande/PB, uma pesquisa que tem como objeto de estudo a implantação de políticas de *accountability* nas redes de ensino público dos municípios que compõe a região metropolitana do Cariri cearense, no período de 2007 a 2018. Busca conhecer o contexto de emergência dessas políticas, suas configurações e seus desdobramentos na carreira docente. O lócus da pesquisa é a região metropolitana do Cariri Cearense, criada em 2009, constituída pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri (CEARÁ, 2009).

Neste trabalho apresentamos parte dos resultados desta pesquisa, em andamento. É apresentada a seguir a análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCRS) dos

profissionais do magistério dos nove municípios que constituem a região, bem como o estudo inicial dos Planos Municipais de Educação (PME) aprovados no ano de 2015. Os documentos indicados foram examinados buscando-se identificar as definições referentes a instituição de sistema próprio de avaliação e à criação de política de concessão de bonificação e premiação aos docentes. O texto foi produzido tendo por base revisão bibliográfica sobre a temática das iniciativas de avaliação externa no país e no estado do Ceará e análise de documentos.

DESENVOLVIMENTO

A implantação de um sistema de avaliação em larga escala no Brasil, ocorreu inicialmente com o Projeto Edurural, em 1981, e, em seguida, com a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Primária (SAEP), pelo Ministério da Educação (MEC), no final dos anos 1980, e sua reestruturação, nos anos 1990, em Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Com estas iniciativas, o MEC foi criando mecanismos para a avaliação e o monitoramento da qualidade do ensino brasileiro (BRASIL, 2018). Além das ações em nível federal, a partir da década de 1990, os estados do Rio de Janeiro, Paraná e Ceará também criaram sistemas próprios de avaliação externa da educação básica, instituindo medidas de *accountability* educacional.

Segundo Afonso (2009) o conceito *accountability* está associado à três dimensões, avaliação externa, prestação de contas e responsabilização. Neste modelo, a avaliação consiste em um instrumento central da regulação da educação por meio da criação de parâmetros e indicadores de qualidade para o monitoramento das políticas educacionais.

No Estado do Ceará, em 1992, foi criado o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), com o objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais do Estado. Esse Sistema abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do estado, avaliando os alunos da Educação Básica, da alfabetização até o ensino médio. Dando prosseguimento a esta política, em 2009, o Governo do Estado do Ceará instituiu o “Prêmio Escola Nota 10”, que se propõe a incentivar as escolas e seus profissionais a elevarem as notas no SPAECE por meio da concessão de bonificação. Vale ressaltar que, desde de 2007, os repasses referentes a cota parte dos municípios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) passaram a estar vinculados também aos resultados nas avaliações externas.

Além do exposto, pesquisa realizada por Freire e Silva (2018), que analisa PCCRS dos profissionais do magistério de municípios da região metropolitana do Cariri, identificou, em quatro municípios, dos sete estudados, a previsão da concessão de bonificações temporárias aos docentes tendo como referência o alcance das metas previstas para o SPAECE e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A análise preliminar dos PME, de três municípios da região metropolitana do Cariri cearense, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, identificou a existência de definições referentes à avaliação externa e à bonificação dos profissionais da educação. Tal como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2014), os PME estudados estabeleceram em suas metas estratégias com vistas a diminuir a diferença entre os resultados do SAEB e do IDEB das escolas do município com menores e maiores índices. Também, determinaram a criação de políticas de estímulo e incentivos para as escolas que atingirem as metas do IDEB. O município de Barbalha, na estratégia 1, da Meta 3 do seu PME, estabelece a implantação do Projeto Aprova Barbalha, com o objetivo de melhorar a proficiência das escolas municipais na Prova Brasil, e na estratégia 9 o direcionamento das iniciativas de formação dos professores de Português e Matemática às avaliações externas. (BARBALHA, 2017). Estas definições demonstram como a avaliação externa e as políticas de bonificação estão inseridas na política educacional dos municípios estudados.

CONCLUSÕES

A adoção de estratégias gerenciais no campo educacional acaba por fazer uso de mecanismos que favorecem uma cobrança cada vez maior por resultados, mas em contrapartida não leva em consideração todas as dimensões que necessitam ser consideradas no momento do cálculo. Como bem descrevem Shiroma e Schneider (2013) esse modelo de avaliação de desempenho presta-se à comparação, ao ranqueamento. É proposto como forma de reduzir gastos públicos com pagamento de professores e assegurar baixos salários para elevar a atratividade dos “adicionais” nas remunerações de docentes. A reserva de uma cota de bônus para um percentual pré-determinado de docentes revela o caráter seletivo da proposta para a qual não basta ser bom professor, tem que estar entre os melhores (SHIROMA; SCHNEIDER, 2013, p.101). Os resultados iniciais desta pesquisa apontam que por meio das políticas de *accountability* vêm ocorrendo a introdução de mecanismos de mercado que acabam por favorecer uma maior cobrança aos profissionais do magistério e

assim ocasionando cada vez mais a responsabilização sobre os mesmos em função dos resultados nas avaliações externas, sejam elas a nível nacional ou estadual.

De acordo com Afonso ainda se acrescenta “ que apesar da insistência frequente na necessidade de uma cultura de avaliação, a avaliação de políticas está consideravelmente menos teorizada (e menos valorizada) e é menos praticada do que a avaliação dos alunos, das escolas e dos professores.” (AFONSO,2007, p.19). Contudo para se compreender a implantação das políticas de *accountability*, atreladas à avaliação externa, e seus desdobramentos na carreira docente se faz necessário aprofundar mais ainda nossos estudos, de modo a entender como isso ocorre em todos os municípios que constituem o lócus da pesquisa que desenvolvemos

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, V.07-n1-p.11-22, jan/abr 2007

_____, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n.13, pp. 13-29, 2009

BARBALHA, **Lei nº 2.272**, de 22 de junho de 2017. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Crato, Ce. Disponível em: <http://barbalha.ce.gov.br/app/uploads/2017/10/11102017.pdf>

BRASIL, **Saeb**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb.2018>

CEARÁ. **Lei Complementar Estadual do Ceará N. 78 de 2009**. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_do_Cear%C3%A1_78_de_2009

FREIRE, Arlane Markely dos Santos, SILVA, Andréia Ferreira da Silva. A meritocracia nos planos de cargos, carreira e remuneração (ppcr) da região metropolitana do cariri cearense. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/nordeste2018/trabalhos>

SHIROMA, Eneida; SCHNEIDER, Mara Cristina. Avaliação de Desempenho Docente: Contradições da Política “Para Poucos” Na Era do “Para Todos”. **Revista Inter Ação**, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 89-107, jun. 2013. ISSN 1981-8416.